

Veja o que seu deputado fez em Brasília

Cerca de 80% dos paulistas ainda não têm a menor idéia sobre em quem deverão votar para deputado federal daqui a três semanas. Na última pesquisa do Ibope, o nome mais mencionado teve apenas sete citações dos eleitores. E os poucos lembrados são alguns dos candidatos a

reeleição. Nas últimas onze edições, o JT deu a ficha de 22 dos 60 paulistas eleitos há quatro anos e que agora tentam reeleger-se.

Os dois avaliados de hoje, Florestan Fernandes (PT) e Cunha Bueno (PDS), moram em lados opostos do arco ideológico. Mas

guardam entre si a mesma característica que marca fundo a larga maioria dos parlamentares brasileiros: o baixíssimo apego à atividade legislativa. É essa marca que mantém intacto, há oitenta anos, o Código Civil e que faz com que hoje, às vésperas de completar dois anos de existência, menos de

30% da Constituição tenha entrado em vigor.

O Congresso não é só uma fábrica de leis, argumentam os parlamentares em sua defesa. E o JT foi ver o que os deputados fizeram nas outras duas bases do tripe em que se assentam os deveres do deputado: a fiscalização do

Poder Executivo e a grande política, que envolve a solução de impasses institucionais e a busca de atalhos para resolver as crises nacionais. Os resultados apurados não são mais animadores.

Uma análise objetiva da representação paulista em Brasília pode até mostrar que ela é menos

omissa que as de outros estados. Mas quando se lembra que, além dos artigos não regulamentados da Constituição, há mais de 4.000 projetos de lei enalhados na Câmara e milhares de leis, em vigor, a serem compatibilizadas com a Carta, essa suposta vantagem pode não significar muito.



Divulgação/TV Cultura

Florestan Fernandes (PT)

O sucesso que o sociólogo Florestan Fernandes sempre fez no mundo da teoria política não se repetiu na prática parlamentar. Formado em Sociologia pela USP, onde é professor emérito, e pós-graduado na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, deu aulas nas Universidades de Columbia e Yale (EUA) e Toronto (Canadá)

e é doutor *honoris causa* da Universidade de Utrecht (Holanda). Na vida real brasileira, contudo, o emérito acadêmico — autor de 32 livros em torno da política teórica — não se deu bem como legislador, como fiscal do Poder Executivo, nem como articulador político. Está em seu primeiro mandato e tem 70 anos.

No Congresso

Apresentou um único projeto durante os quatro anos de mandato, sobre a concessão de bolsas de estudo para pesquisadores que estão fazendo mestrado e doutorado e que está atualmente em tramitação na Comissão de Educação e Cultura. Ocupou a primeira vice-presidência da comissão que trabalhou na elaboração do projeto da nova Lei de Diretrizes e Bases, que estabelece prioridades e regulamenta o ensino público e privado de primeiro, segundo e terceiro grau.

No Plano Collor

Votou contra a manobra regimental que abriu caminho para a aprovação da medida que permite ao governo vender imóveis da União. Foi contra a reforma administrativa, o programa de privatização e a medida que determinou normas mais rígidas de conduta para o funcionalismo. Foi a favor da liberação de Cr\$ 200 mil das poupanças bloqueadas. Não estava presente quando o Congresso rejeitou a medida que permitiria ao TST suspender

dissídios coletivos decididos em instâncias inferiores.

Por São Paulo

Não se empenha por questões de interesse específico do Estado. Afirma que o deputado federal deve “estar preocupado com as questões nacionais”.

Uso do Cargo

Está entre os deputados que já contrataram parentes seus na Câmara, em Brasília. Seu filho: Florestan Fernandes Júnior, que sempre residiu em São Paulo.

Na Constituinte

Apresentou 85 emendas. Teve 34 aprovadas e 39 rejeitadas. Outras 12 foram aproveitadas parcialmente ou consideradas prejudicadas. Entre as que fazem parte da Constituição, estão a que garantiu a autonomia administrativa e financeira para as universidades e a que permite que os estados vinculem parte de suas

receitas ao apoio a atividades de pesquisa. Reivindica a autoria do artigo que estabelece o 13º salário para os aposentados e pensionistas. Fez parte da subcomissão de Educação, Cultura e Esportes e das comissões da Família, Educação Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação.



Fernando Pimentel/AE

Cunha Bueno (PDS)

Cunha Bueno pertence ao bloco dos parlamentares que só vai a Brasília quando há votações de grande repercussão em pauta. Defensor ardoroso da livre iniciativa, principalmente quando está em jogo interesses dos produtores agrícolas. Mas não se destaca como legislador nem como articulador político. Sua principal bandeira é a implantação da monarquia no

Brasil. Já foi deputado estadual e está em seu quarto mandato como deputado federal — primeiro pela extinta Arena e depois pelo PDS — e até o ano passado era o quarto secretário da Mesa da Câmara. Ocupou a Secretaria da Cultura do Estado e a presidência do Conselho da Fundação Padre Anchieta durante o governo de Paulo Maluf. É economista e tem 51 anos.

No Plano Collor

Votou a favor da reforma administrativa, que extinguiu órgãos públicos e estatais do programa de privatização e da medida que estabeleceu normas mais rígidas de conduta para o funcionalismo público federal. Disse não à liberação de Cr\$ 200 mil das poupanças bloqueadas. Não compareceu às votações da medida sobre venda de apartamentos funcionais e mansões da União e da medida que dava poderes ao TST para suspender dissídios coletivos decididos nos Tribunais Regionais.

No Congresso

Apresentou 27 projetos. Reivindica a autoria da lei que determina que a administração do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) deve ser feita em conjunto pelo governo, empresários e trabalhadores. Outros projetos de lei ainda estão em tramitação, como o que prevê a modificação do processo de refino do óleo diesel — que segundo o deputado tem hoje uma quantidade muito grande de enxofre; o que estabelece redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de máqui-

nas agrícolas para produtores rurais que preservarem áreas de floresta; e o que abre a possibilidade de o FGTS ser usado para a compra de imóveis rurais.

Por São Paulo

Reivindicou ao Ministério dos Transportes a duplicação da BR-116 e ao Ministério da Saúde a liberação de verbas para a construção de hospitais no Estado.

Uso do Cargo

Não há registros de que o deputado tenha parentes seus contratados na Câmara dos Deputados.

Na Constituinte

Apresentou 429 emendas ao projeto de Constituição. Destas, 92 foram aprovadas, 294 rejeitadas e 43 foram parcialmente aproveitadas ou consideradas prejudicadas. Notabilizou-se por defender a realização de um plebiscito para definir a forma de governo, entre República e Monarquia. “Precisamos discutir por que a República

não deu certo”, afirma. Apoiou a emenda popular que propôs o plebiscito como forma de decisão. Defendeu a menor interferência do Estado na economia, a redução da carga de impostos e o parlamentarismo. Participou da subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente e da Comissão da Ordem Social.